

# OS RUMOS HISTÓRICOS DA CHINA E SUA GRADUAL AMBIÇÃO PELA CONQUISTA DA HEGEMONIA GLOBAL

REIS FRIEDE\*  
Desembargador Federal

---

A China do início do século XX era basicamente uma nação dividida, situação que perdurou até 1926, ocasião em que duas forças ideologicamente antagônicas (comunistas e nacionalistas) se uniram para unificar um país de dimensões continentais e que era caracterizado por territórios fragmentados e controlados por “senhores da guerra”, os quais atuavam como verdadeiros “soberanos” em inúmeras partes geográficas da ampla extensão de terra chinesa.

A história da China moderna remonta a 1911, quando uma revolução derrubou a antiga dinastia Manchu e o país se tornou uma república. A revolução, contudo, não deu à China o governo forte de que ela necessitava para encerrar anos de inquietação política. A maior parte da China era

controlada por senhores da guerra, que agiam como ditadores locais em suas próprias esferas de influência. Em 1926, o principal partido político na república chinesa, o nacionalista Kuomintang, iniciou uma campanha militar contra os senhores da guerra.

Os exércitos do Kuomintang eram comandados pelo General Chiank Kai-Shek (1893-1975). Contavam com o apoio do Partido Comunista Chinês (PCC), que fora fundado em 1921 e firmara com eles uma aliança. A campanha de Chiank Kai-Shek contra os senhores da guerra foi muito bem-sucedida, e, em 1927, ele havia obtido o controle da maior parte da China. (ADRIAN GILBERT; *Enciclopédia das Guerras – Conflitos Mundiais através dos Tempos*, São Paulo, M. Books, 2005, p. 276)

---

\* Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (biênio 2019/21), professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e professor *Honoris Causa* da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. É autor do livro *Ciência Política e Teoria Geral do Estado* e colaborador frequente da RMB.

Com a ampla vitória unificadora da China em 1927, a “aliança de conveniência” entre nacionalistas e comunistas se esfacelou, induzindo as forças militares superiores de Chiang Kai-Shek – por desconfiar das ambições do PCC, na qualidade de provável e futuro aliado de uma potência estrangeira fronteira e expansionista e, igualmente, comunista, ou seja, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – a iniciar, em caráter preventivo, uma brutal repressão aos comunistas (desconstituindo, inclusive, o respectivo Partido), cujos sobreviventes refugiaram-se nas zonas do interior do país para formar uma frente de resistência, e elegendo, em 1931, a Província de Jiangxi como sede de um governo próprio, tendo Mao Tsé-Tung (ou Mao Zédong, 1893-1976), filho de um camponês, como líder do que restara do Partido Comunista Chinês. Não obstante a concepção marxista tradicional preconizar que as bases de uma revolução deveriam ser buscadas junto aos operários urbanos, Mao defendia, ao reverso, que os camponeses também poderiam figurar como a força motriz de uma iniciativa revolucionária a ser deflagrada no ambiente campal.

“(…) nas montanhas Ching kang, um jovem político chamado Mao Tse-Tung formulava, baseado em estudos, reflexão e experiência prática, uma teoria de revolução (própria, que, mais tarde, veio a ser conhecida como “movimento maoísta”) pela qual os camponeses pobres poderiam ser usados com força insurgente. Por meio de intensa doutrinação, Mao e seus adeptos conseguiram organizar os camponeses. O propósito era ganhar-lhes a confiança para que cooperassem, assim como fonte de informações, com alimentos, recrutas e outros elementos essenciais

para as tropas guerrilheiras”. (*Guerra na Paz – Mao e a Revolução*; Rio de Janeiro, Rio Gráfica Editora, 1984, p. 61)

Neste contexto, as forças de Chiang prosseguiram em sua empreitada com o propósito de estabelecer a plena unificação do país sob a égide nacionalista (lembrando que a ideologia comunista possui, em contraponto, uma perspectiva “internacionalista”) e investiram, então, contra Jiangxi, ofensiva esta que resultou, em 1934, na fuga dos comunistas dessa região, evento historicamente identificado como a Longa Marcha, cujo destino era a remota Província de Shaanxi, terras alcançadas em 1935. Uma vez conquistado o fundamental apoio do campesinato, as forças de Mao começaram um longo e silencioso processo de preparação para contra-atacar o Kuomintang.

De fato, a adesão, por empatia, dos camponeses para lutarem pela causa comunista foi um dos pilares (necessário, porém não suficiente) para a vitória final, em 1949, das tropas de Mao Tsé-Tung, afeição conquistada, em grande medida, tendo em vista o modo pelo qual Chiang e Mao, respectivamente, tratavam os camponeses: da mesma maneira que estes detestavam o líder e as tropas nacionalistas (registre-se, aliás, que o Kuomintang era até mesmo identificado com os aludidos “senhores da guerra”, figuras odiadas pelos camponeses); por outro lado, admiravam a liderança e as forças comunistas, por eles consideradas verdadeiros algozes dos “senhores de guerra”, angariando, assim, a maciça e relevante simpatia dos habitantes do campo.

Entretanto, um novo ingrediente bélico seria adicionado ao conturbado contexto chinês da década de 1930 da centúria passada, modificando, pelo menos circunstancialmente, a relação entre nacionalistas

e comunistas. Nesse sentido, o Japão, que deflagrava, naquela ocasião, um movimento colonialista fundado no militarismo – e que já se encontrava inclusive na fronteira península coreana desde 1910 e na Manchúria desde 1931, onde foi criado o “Estado Vassalo” de Manchukuo –, decide (de forma surpreendente) invadir o território vizinho da China, no contexto da ampliação de seu Império, desejoso também de alcançar importantes fontes de matérias-primas indispensáveis ao seu ambicioso projeto de se constituir, juntamente com a Alemanha, a França, o Reino Unido e mesmo os Estados Unidos da América (EUA), em uma das principais potências mundiais.

Tal incidente, iniciado em 7 de julho de 1937, ao mesmo tempo em que possibilitou um certo “alívio” para as forças comunistas diante do poder ostentado, naquela época, pelas tropas nacionalistas (que, supostamente, acabariam por destruir as forças camponesas de Mao, apesar de toda a simpatia que a figura do líder comunista despertava nos humildes trabalhadores do campo), provocou, por outro prisma, um fenômeno aglutinador que antes seria impensável. Mao e Chiang, deixando temporariamente de lado as diferenças (em especial as de cunho ideológico) que nutriam um pelo outro, mas sem olvidarem, obviamente, de muita prudência e de desconfiança recíproca, somaram forças em prol de um objetivo comum, qual seja repelir a ofensiva nipônica, criando, para tanto, o denominado Front Unido Antijaponês, ação conjunta que, no entanto, não se revelou capaz de impedir que as tropas da

Terra do Sol Nascente lograssem êxito em ocupar a maior parte do norte e do leste do Império do Meio.

Na Guerra Sino-Japonesa, havia, por parte de Tóquio, a expectativa de que a China assimilasse a nova realidade como uma espécie de fato consumado, exatamente como ocorrera seis anos antes, quando o Império Nipônico ocupara a região da Manchúria (localizada na parte setentrional do território chinês), declarando-a um Estado independente (Manchukuo), e conferindo ao Imperador Pu Yi um “poder fantoche”, uma vez que ele servia aos interesses da nação invasora. Ocorre que a esperança japonesa não se

concretizou, sendo certo que a união das forças nacionalistas e comunistas chinesas – adicionada ao massivo auxílio econômico-militar estadunidense – contra um inimigo comum foi primordial para deter o expansio-

nismo nipônico sobre a Ásia, ao mesmo tempo em que também foi fundamental para armar, treinar e equipar as incipientes forças de Mao Tsé-Tung, que, após este período, se transformaram em verdadeiras e efetivas unidades de combate.

Naturalmente, com a rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, em 2 de setembro de 1945 (e, posteriormente, com a devolução dos territórios chineses ocupados, aos 9 dos mesmos mês e ano), reacendeu-se a chama da violência interna que tanto grassava sobre a instável República Asiática. Assim, nacionalistas e comunistas entraram novamente em choque, o que se deu a partir de novas bases bélicas, não obstante os acordos que Chiang Kai-Shek havia celebrado com a

### **A Guerra Civil Chinesa, travada entre os anos de 1945 e 1949, pôs termo a um longo período de conflito no país**

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para neutralizar a simpatia ideológica que Josef Stálin nutria por Mao Tsé-Tung, bem como um possível suporte militar e econômico deste para com aquele.

Com efeito, a Guerra Civil Chinesa, travada, especialmente e de modo decisivo, entre os anos de 1945 e 1949, pôs termo a um longo período de conflito no país, bem como marcou “a fase decisiva da luta entre nacionalistas e comunistas, iniciada praticamente com o colapso da velha ordem monárquica e feudal da China” (*Guerra na Paz – Mao e a Revolução*; Rio de Janeiro, Rio Gráfica Editora, 1984, p. 61).

Enquanto a URSS apoiava os comunistas (silenciosamente e com um certo cuidado e muito pouco convencida da real capacidade de Mao Tsé-Tung de vencer o conflito), os EUA proviam ajuda aos nacionalistas, ainda que em bases relativamente tímidas. Em determinado momento, tanto os soviéticos quanto os americanos preferiam um acordo entre as duas facções rivais. George C. Marshall, general americano, sob a presidência de Harry S. Truman (33º Presidente dos EUA), costurou um acordo destinado a estabelecer uma trégua para o conflito, notadamente pela suspensão total do auxílio militar estadunidense à liderança nacionalista, negociação que, no entanto, fracassou. Assim, apesar de os Estados Unidos terem defendido a ideia de construção de uma coalizção, num governo de unidade nacional, eles não lograram êxito em tal intento, mormente porque Mao e Chiang estavam, cada qual, irremediavelmente convencidos de que o futuro chinês seria decidido pela força bélica. Por sua vez, Stálin era favorável a uma divisão do território da China em dois Estados, notadamente por não acreditar no poder dos comunistas (liderados por Mao) para vencer o impasse.

Durante cerca de um ano após o ato de rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, fato ocorrido em agosto de 1945, estabeleceu-se uma trégua entre os combatentes nacionalistas (comandados por Chiang) e comunistas (liderados por Mao), pausa que, no entanto, não foi suficientemente capaz de conduzir a um acordo que pusesse fim à guerra civil, sobretudo porque os objetivos de ambos os lados da contenda eram diametralmente opostos, o que fez com que o confronto se reiniciasse em 1946, ocasião em que, sob o aspecto territorial, os comunistas controlavam a maior parte da Manchúria (particularmente após a saída das tropas soviéticas que lutaram contra o Japão naquele território) e do nordeste da China, ao passo que os nacionalistas detinham o domínio do Sul e de Pequim. Em 1947, vislumbrou-se, todavia, que os nacionalistas se sagrariam vitoriosos no conflito. De fato, eles conseguiram até mesmo rechaçar as tropas comunistas instaladas na Manchúria, além de terem reconquistado, em grande medida, a Província de Xantungue, bem como ocupar Yen-an. A expectativa de Chiang era de que o exército inimigo seria derrotado em apenas seis meses, perspectiva que, entretanto, não se concretizou na realidade histórica.

“O Partido Nacionalista (Kuomintang) era considerado como ‘decrépito e degenerado’, e os oficiais duramente criticados pela falta de competência profissional. Esses oficiais eram responsabilizados pelos maus-tratos que infligiam aos subalternos, pela falta de preocupação com o bem-estar dos soldados e pela própria corrupção. E os comandantes, acusados de falta de cooperação e de agirem mais como senhores guerreiros (os antigos e violentos chefes regionais) do que como

militares. Os comunistas, pelo contrário, eram elogiados por seu cuidado com o bem-estar das tropas, pela boa vontade dos oficiais e pela meticulosa educação político-militar”. (*Guerra na Paz – A Conquista do Norte*; Rio de Janeiro, Rio Gráfica Editora, 1984, p. 89)

Em termos operacionais, Chiang Kai-Shek adotava uma tática fundamentalmente estática e inflexível, na qual predominava uma concepção predominantemente defensiva do território ocupado por suas forças. Mao, por sua vez, optava por uma estratégia dinâmica e flexível, cujo propósito maior era destruir o adversário. Assim, não obstante as tropas maoístas, em 1947, terem sofrido contundentes baixas, elas tiveram êxito em ampliar suas operações em diversas regiões da China setentrional, central e oriental. O “calcanhar de aquiles” dos nacionalistas era, portanto, a questão logística e, em muitos aspectos, um apoio militar e econômico muito reduzido por parte dos EUA, que focava todas as suas atenções no continente europeu (razão, inclusive, da posterior eclosão da Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953).

A perda da Manchúria representou o início da derrocada final de Chiang Kai-Shek, embora este tenha afirmado, à época, que o fracasso em manter a aludida região possibilitaria que suas tropas se concentrassem na defesa da China propriamente considerada. Chiang, fazendo novamente ouvidos moucos para os argumentos formulados por seus melhores estrategistas, experimentou novas e seguidas derrotas em outras campanhas, das quais

convém registrar o emblemático malogro nacionalista em Huai-Huai (no qual, em 65 dias, Chiang perdeu cerca de 550 mil homens, dos quais 327 mil foram feitos prisioneiros), fracasso este altamente impactante para o desfecho da guerra civil, tendo em vista a desproporção de efetivos em ambos os exércitos. Ato contínuo, o avanço dos comunistas possibilitou a ocupação das cidades de Tientsin (15 de janeiro de 1949), Pequim (23 de janeiro de 1949), Nanquim (23 de abril de 1949) e Xangai (25 de maio de 1949), sem qualquer reação norte-americana, para surpresa, inclusive da própria URSS (que percebeu, desta forma, uma “porta aberta” para o expansionismo comunista em toda

a Ásia, iniciando-a, posteriormente, pela Península Coreana). No dia 1º de outubro do mesmo ano, os comunistas, vencedores, proclamam a República Popular da China, com capital em Pequim.

Com efeito, as forças de Mao Tsé-Tung lograram, oficialmente, vitórias na guerra civil que se sucederam nos quatro anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, obtendo pleno êxito em expulsar as forças nacionalistas e governamentais de Chiang Kai-Shek para o gigantesco Arquipélago de Taiwan (Ilha de Formosa), cujo governo durou até 1975, quando da morte de Chiang, que jamais conseguiu pôr em prática seus planos de retomar a porção continental, sucesso que, conforme demonstrado, restou influenciado pela Guerra Sino-Japonesa.

“A guerra [Sino-Japonesa] exigiu a mobilização total da sociedade que continuaria a partir de 1949 e permitiu a Mao ensaiar as suas campanhas de mobilização

### **No dia 1º de outubro de 1949, os comunistas proclamam a República Popular da China, com capital em Pequim**

baseadas na força dos camponeses em detrimento dos centros urbanos. (...).

No fundo, é irônico que tenha sido a invasão do Japão a alavanca para a sobrevivência e o sucesso do PCC e uma peça fundamental para o seu triunfo em 1949". (RAQUEL VAZ-PINTO; *A Guerra Sino-Japonesa e o Fim da República da China*, Relações Internacionais, nº 48, Lisboa, dez. 2015, ps. 171-174)

A amplamente criticada ausência de apoio econômico e militar norte-americano, de grande envergadura, foi decisiva para a derrota do governo nacionalista, que, refugiado no Arquipélago de Taiwan, negociava, ainda assim, um auxílio substancial para um planejado contra-ataque ao continente, o que, de fato, em função da permanentemente relutância de Truman, nunca ocorreu, mesmo após a oportunidade histórica que o General

Douglas MacArthur vislumbrou quando da retomada do território sul-coreano e o avanço sobre a porção geográfica da Coreia do Norte pelas tropas da Organização das Nações Unidas (ONU). A propósito, a estratégia deste oficial norte-americano no conflito coreano, eclodido no ano seguinte, pretendia utilizar, em contraposição ao envolvimento direto de forças chinesas de Mao Tsé-Tung (que chegaram a um total de mais de 1 milhão de soldados contra um efetivo médio de forças internacionais de 45.000 homens adicionados ao contingente americano que, em seu auge, contabilizou apenas 326.863 soldados), 600 mil efetivos

de Chiang Kai-Shek com o propósito de não só unificar a Península Coreana, sob o manto autorizativo do Conselho de Segurança, mas também o de retomar o controle geográfico da China.

Interessante observar que Mao Tsé-Tung, líder vitorioso de um conflito interno, resolveu ampliar (sob os prismas político, econômico, territorial, demográfico e militar) seus domínios, apoiando diretamente (ainda que, inicialmente, de forma silenciosa, com cerca de 50 mil soldados) a aventura norte-coreana de unificação da Península sob sua égide, ainda que com muitas restrições por parte de Stálin, que temia uma confrontação direta com os Estados

Unidos na Ásia em um momento político sensível, em que os soviéticos ainda não haviam consolidado suas áreas de influência na Europa Oriental.

A guerra na península coreana e a ausência de uma resposta mais contundente por parte dos

Estados Unidos, formalizada, sobretudo, com a destituição do general MacArthur do comando das forças estadunidenses na Ásia e no Pacífico, em 11 de abril de 1951, pelo Presidente Henry Truman, consolidaram, em definitivo, uma nascente potência comunista aliada de Moscou na Ásia, desbalanceando uma região que se supunha completamente controlada pelas forças ocidentais do Mundo Livre, não obstante os previsíveis conflitos anticolonialistas que, à época, entendiam-se como inevitáveis.

Ademais, o paradigmático conflito civil chinês encerrado em 1949 pode

### **A Guerra Civil Chinesa e as barbaridades perpetradas pelo Japão na Guerra Sino-Japonesa podem ser consideradas importantes passos para a guinada na atual posição da China**

ser considerado como um dos mais importantes passos para uma verdadeira guinada na atual posição ocupada pela China no cenário mundial, sobretudo se considerarmos que o evento em questão funcionou como a força motriz que propiciou a tomada do poder, por parte de Mao Tsé-Tung, naquele país, o qual, até então, era incapaz de aglutinar as forças e os interesses locais em prol de uma grande mudança na conjuntura nacional.

Nota-se, portanto, que a Guerra Civil Chinesa e a Guerra Sino-Japonesa, escassamente estudadas e pouco conhecidas da História, constituem eventos fundamentais para a compreensão do advento de uma nação completamente unificada e de grande potencial, ainda que com a roupagem que o caminho dos acontecimentos concebeu por meio da República Popular da China, em 1949. Não é desarrazoado dizer, em tom conclusivo, que as barbaridades perpetradas pelo Japão no contexto da Guerra Sino-Japonesa contribuíram sobremaneira para forjar um sólido sentimento chinês de nação.

Durante todo o início da década de 50, a China e a URSS passaram por um processo de aproximação não apenas política, mas também tecnológica. Mao aproveitou-se da “amizade” formalizada, em 1949, pelos dois países para desenvolver a indústria chinesa e, até certo ponto, impulsionar o seu crescimento científico-tecnológico, que visava, inclusive, a obtenção de tecnologia nuclear. Por meio do Tratado de Amizade, Aliança e Ajuda Mútua, com validade de 30 anos, a China recuperou áreas estratégicas, como o Porto Arthur e um parque industrial na Manchúria, que estavam sob controle japonês (*Guerra na Paz – Bombas Nucleares e Tigres de Papel: a Cisão Sino-Soviética*; Rio de Janeiro, Rio Gráfica Editora, 1984, p. 794).

A URSS também se comprometeu com a transferência de conhecimento tecnológico para a China e equipamentos necessários para que o país começasse a desenvolver o seu programa nuclear, que visava, principalmente, à construção de bombas atômicas. Não obstante, a URSS ofereceu à China 300 milhões de dólares em créditos que poderiam ser trocados por equipamentos industriais de fabricação soviética (*Guerra na Paz – Bombas Nucleares e Tigres de Papel: a Cisão Sino-Soviética*; Rio de Janeiro, Rio Gráfica Editora, 1984, p. 794).

Entretanto, após a morte de Stálin, em 1953, a relação entre os dois países, que a princípio se manteve amigável, começou a se degradar e a dar sinais de que o rompimento entre ambos estava próximo de ocorrer. A desconfiança, por parte principalmente da URSS, começou a se intensificar, e com isso vieram as divergências políticas, que, apesar de poucas, já existiam antes mesmo da oficialização da aproximação dos dois países em 1949, mormente se considerarmos, em sua origem, as duas diferentes visões de construção da revolução comunista (a chinesa, a partir do campesinato, e a soviética, baseada na população urbana).

Ademais, outra importante divergência entre os dois países era em relação à conveniência e oportunidade de se estabelecer, particularmente no transcurso da década de 50, conflitos diretos contra o Ocidente. Enquanto a URSS tentava evitar confrontos, ou pelo menos evitar com que estes tomassem dimensões globais, os chineses, liderados por Mao Tsé-Tung, aparentavam estar dispostos a entrar em conflitos que, como resultado, poderiam gerar uma guerra nuclear de proporções jamais vistas (*Guerra na Paz – Bombas Nucleares e Tigres de Papel: a Cisão Sino-Soviética*; Rio de Janeiro, Rio Gráfica

Editora, 1984, p. 795). Como resultado disto, a URSS passou a relutar quanto a sua cooperação tecnológica-nuclear com a China, temendo que, caso os chineses conseguissem artefatos nucleares, uma guerra nuclear se tornasse inevitável.

“Em 1960, as relações sino-soviéticas haviam se deteriorado a tal ponto que Moscou decidiu tornar ostensivo o conflito. Em julho daquele ano, a URSS suspendeu unilateralmente toda a ajuda econômica à China, retirando do país 1.390 especialistas e conselheiros, cancelando 343 contratos e suspendendo o trabalho em 257 projetos vinculados à cooperação técnica e científica. Tais medidas representaram um enorme desastre para a subdesenvolvida economia chinesa, que então sofria as consequências de secas, enchentes e outras catástrofes naturais.” (*Guerra na Paz – Bombas Nucleares e Tigres de Papel: a Cisão Sino-Soviética*; Rio de Janeiro, Rio Gráfica Editora, 1984, p. 795).

Adicionalmente, o próprio poder político de Mao Tsé-Tung foi se fragmentando com as desastrosas e fracassadas políticas econômicas, obrigando-o à introdução de uma nova “revolução”.

Foi nesse contexto – visando à “recuperação” do poder do PCC e a neutralização da oposição (que começava a ganhar força devido à grave situação da China) – que Mao, a partir de 1966, deu início a um amplo e radical movimento conhecido como Revolução Cultural Chinesa, cujo número de mortos ocorridos durante o evento é incerto. Enquanto os dados liberados pela própria China, durante a década de 80, estimam que 34 mil pessoas tenham morrido, alguns especialistas acreditam que este número seja bem superior, situando

em torno de 100 mil mortes (*Guerra na Paz – China em Ebulição: da Revolução Cultural à “Desmaoização”*; Rio de Janeiro, Rio Gráfica Editora, 1984, p. 799).

“Mao Tsé-Tung, o líder da Revolução Chinesa, vitoriosa em 1949, enfraquecera-se com a proposta – fracassada – do Grande Salto para Frente, em 1958, que resultou, na prática, num grande salto para trás. Um pouco antes, também não dera certo a política das Cem Flores (...).

Os erros não derrubaram Mao do poder; contudo, o colocaram numa posição secundária. Imaginou, então, uma estratégia para retomar plenos poderes, por meio da mobilização social contra as instituições. Houve o cuidado de estabelecer limites: era necessário identificar inimigos, mas 95% dos comunistas eram recuperáveis; o Exército foi designado como árbitro de eventuais disputas e o processo político seria regido pelo pensamento de Mao Tsé-Tung, cujo culto alcançaria proporções demenciais.

Regida pelo alto, a revolução social surpreendeu, ganhando fôlego próprio (...).

Nessa altura, menos de um ano depois de lançada a revolução cultural, o partido estava virando suco nas principais cidades do país; os arquivos da polícia política eram incinerados em praça pública; os meios de comunicação passavam para as mãos de organizações populares, e muitas destas começavam a se armar.

Em 5 de fevereiro de 1967, num comício de 1 milhão de pessoas, dezenas de organizações populares proclamaram a Comuna de Xangai.

Foi o ponto mais alto a que chegara aquele processo histórico.

Entretanto, incertas quanto à capacidade de estender o movimento ao conjunto do país, divididas e fragmentadas, temerosas de precipitar o país no caos, favorecendo inimigos externos, assustadas diante da própria ousadia, ao abismo que haviam elas próprias criado, as lideranças resolveram recuar e aceitar as propostas de Mao Tsé-Tung no sentido de reestruturar o partido e a ordem vigente.” (DANIEL AARÃO REIS; *A Comuna de Xangai, O Globo*, 8 set. 2018, p. 3)

Oficialmente, a Revolução Cultural se encerrou em 1969, por aprovação do Congresso do Partido Comunista. Mas foi no plano executivo, a partir do ostensivo apoio diplomático norte-americano, engendrado pelo Conselheiro de Segurança Nacional (Henry Kissinger) do Presidente Richard Nixon, à China, no cenário de seus conflitos fronteiriços com a União Soviética – dissuasórios dos planos de Leonid Brejnev de intervir militarmente na China (em troca de permitir a completa ocupação estadunidense de todo o sudeste asiático, no âmbito do conflito vietnamita em curso) e adicionados à posterior visita histórica de Nixon à China, em 1972, reconhecendo-a oficialmente, e retirando-a do correspondente isolamento institucional e, no plano interno, com a morte de Mao Tsé-Tung, em 1976 – que a China passou a experimentar um período de relativa “paz” e estabilidade política. Um ano depois, Deng Xiaoping, ex-vice-primeiro-ministro que foi afastado

por Mao, ascendeu ao poder após ter sido reabilitado de suas funções (*Guerra na Paz – China em Ebulição: da Revolução Cultural à “Desmaoização”*; Rio de Janeiro, Rio Gráfica Editora, 1984, p. 800).

Em seu governo, Deng Xiaoping passou a realizar uma série de reformas com o propósito de reverter a grave situação econômica (e de instabilidade sociopolítica) na qual a China se encontrava. Ao mesmo tempo, Deng deu início, em 1979, à transição gradual, e controlada pelo Estado, de uma economia coletivizada para uma economia de mercado. As reformas promovidas por Deng obtiveram o efeito desejado, e a China, uma economia basicamente agrícola, conseguiu se industrializar em ritmo reconhecidamente acelerado.

Isso contribuiu para que, nos anos seguintes, a China atingisse um certo grau de desenvolvimento e crescimento, diferentemente da URSS, cuja estratégia de transição

neoliberal (*Perestroika*, iniciada por Mikhail Gorbachov em 1985), feita de forma descuidada e sem um controle político mais rígido por parte do Estado (em função da equivocada política de transparência, denominada de *Glasnost*), acabou agravando ainda mais a situação interna da União Soviética, o que permitiu à China sobreviver, em 1989, a seus próprios movimentos internos democratizantes (isto é, o Conflito da Praça da Paz Celestial, fortemente reprimido por ordem direta de Deng Xiaoping, que resultou em cerca de 2.600 mortos, além de 7 a 10 mil feridos, segundo dados da Cruz Vermelha

**A transição gradual de uma economia coletivizada para uma de mercado, iniciada em 1979 por Deng Xiaoping, foi fundamental, se não a base, para o assombroso crescimento chinês vindouro**

chinesa) e até mesmo, nos anos seguintes, gradualmente ultrapassá-la economicamente (CARLOS AGUIAR MEDEIROS; *A Economia Política da Transição na China e o Colapso da União Soviética*, in: *O Mito do Colapso do Poder Americano*, 2008, ps. 173-277). As reformas feitas por Deng foram fundamentais, se não as bases, para o futuro e assombroso crescimento chinês nas décadas vindouras.

A economia chinesa cresceu tanto que é fácil esquecer como a metamorfose do país em uma potência era improvável, o quanto sua ascensão foi improvisada e veio do desespero. A proposta que saiu das montanhas, logo adotada como política de governo, foi um primeiro passo crucial.

A China agora lidera o mundo em índices como número de proprietários de casas, usuários de internet, universitários e, dizem, bilionários. A pobreza extrema caiu para menos de 1% da população. Um lugar estagnado e empobrecido se tornou o maior rival dos Estados Unidos desde o fim da União Soviética. Agora, um desafio histórico tem lugar. O Presidente Xi Jinping promove uma agenda externa mais assertiva, enquanto endurece em casa. Com o Governo Trump tendo lançado uma guerra comercial contra a China, em Pequim a questão não é mais como alcançar o Ocidente, mas como avançar, em uma era de hostilidade dos EUA.

O padrão é recorrente: um poder em ascensão desafia o estabelecido. Uma complicação também é familiar: por décadas, os EUA encorajaram a ascensão da China, construindo a parceria econômica mais importante do mundo. No período, os EUA presumiram que a China um dia cederia às supostas regras de modernização e que a prosperidade

alimentaria pedidos por liberdade e democratizaria o país. Ou então que a economia naufragaria, sob o peso da burocracia. Mas nada disso aconteceu.

Os líderes chineses abraçaram o capitalismo, mas continuam a se chamar de marxistas. Recorreram à repressão para manter o poder, mas sem sufocar o empreendedorismo. E tiveram mais de 40 anos de crescimento contínuo, com políticas pouco ortodoxas.

Em setembro a China celebrou 69 anos de governo comunista, superando a União Soviética. A economia do país caminha para virar a maior do mundo por ampla margem. Os comunistas chineses estudaram com afincos erros soviéticos. Concluíram que abraçariam “reformas” para sobreviver, mas que isso não incluiria a democratização.

(...)

O longo *boom* econômico do país seguiu o excesso autocrático da Revolução Cultural, que dizimou o aparato do partido. O sucessor de Mao, Deng Xiaoping, guiou o país em uma direção radicalmente mais aberta. Mandou jovens autoridades chinesas para o Ocidente para estudar como as economias modernas funcionavam. Investiu em educação, expandiu o acesso a escolas e universidades e quase eliminou o analfabetismo. A China agora produz mais graduados em ciência e engenharia por ano do que os Estados Unidos, o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan juntos.

Outra explicação para as transformações está em mudanças burocráticas. Analistas às vezes dizem que a China abraçou a reforma econômica e resistiu à política, mas o partido fez mudanças após a morte de Mao que não foram profundas a ponto de gerarem eleições livres, mas ainda assim significativas. Introduziu limites de mandato e idades

de aposentadoria compulsória, o que facilitou a expulsão de funcionários incompetentes. E reformulou os boletins usados para avaliar os líderes locais, concentrando-se quase exclusivamente em metas econômicas concretas. Os ajustes tiveram impacto tremendo, injetando uma dose de prestação de contas e de competição no sistema político. Segundo Yuen Yuen Ang, cientista política da Universidade de Michigan, “a China criou um híbrido único, uma autocracia com características democráticas”. (PHILIP P. PAN; *A Metamorfose da China em Potência Global*, O Globo, 20/11/2018)

Empreendendo-se uma análise retrospectiva em comparação com os fatos (conforme retratados atualmente pela Historiografia) que se sucederam desde a instalação, em 1937, do conflito bélico en-

tre ambos os Estados, é forçoso reconhecer que o processo de desenvolvimento chinês certamente não seria o mesmo caso não houvesse o cimento que propiciou, algum tempo depois, a consolidação da China perante o cenário mundial – através, sobretudo, da guinada na política norte-americana, que a retirou do completo isolamento político institucional (passando a admitir Taiwan não mais como a representação oficial de toda a China, mas apenas na qualidade de uma “província chinesa rebelde”) –, alcançando, então – em um controvertido (e hoje bastante criticado) contexto de auxílio econômico indireto, objetivando integrar o gigantesco mercado consumidor chinês (derivado da sua população de mais de 1 bilhão de habitantes) à economia mundial –, lugar que atualmente ocupa na geopolítica internacional, incluindo sua surpreendente projeção militar e ambições hegemônicas globais.

#### CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA>; China; Comunismo; Política da China;  
<RELAÇÕES INTERNACIONAIS>; Comércio Exterior;

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- GILBERT, Adrian. *Enciclopédia das Guerras – Conflitos Mundiais através dos Tempos*. São Paulo: M. Books, 2005.
- Guerra na Paz – China em Ebulição: da Revolução Cultural à “Desmaoização”; Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Bombas Nucleares e Tigres de Papel: a Cisão Sino-Soviética*; Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora, 1984.
- \_\_\_\_\_. *MAO e a Revolução*; Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora, 1984.
- \_\_\_\_\_. *A Conquista do Norte*; Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editora, 1984.
- MEDEIROS, Carlos Aguiar. “A Economia Política da Transição na China e o Colapso da União Soviética”, in: *O Mito do Colapso do Poder Americano*, 2008, p. 173-277.
- REIS, Daniel Aarão. “A Comuna de Xangai”, *O Globo*, 8 set. 2018, p. 3. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/opiniao/a-comuna-de-xangai-23047610>>. Acesso em: 4 out. 2018.
- VAZ-PINTO, Raquel. *A Guerra Sino-Japonesa e o Fim da República da China*, Relações Internacionais, nº 48, Lisboa, dez. 2015, p. 171-174.